

1. Introdução

É bastante curioso imaginar o mundo antes das grandes navegações do século XV, em quantas etnias, línguas, danças e formas de olhar existiam. Uma história que não foi escrita, que podemos apenas deduzir através de relatos, de objetos arqueológicos e marcas deixadas no ambiente. Muito se perdeu junto com o desaparecimento de muitos povos. O que sabemos é, principalmente, a visão dos vencedores, nesse caso, os europeus. Herdamos os valores da civilização ocidental na forma de nos organizar político e socialmente e isso se reflete na organização territorial de quase todo o planeta. Existem, porém, alguns povos sobreviventes, que precisam se reinventar constantemente para manterem suas raízes.

No século XV houve um processo sem precedentes, pelo qual, o encontro entre civilizações e povos distintos foi intensificado, resultando em mudanças significativas no modo de ser e viver da maioria das civilizações existentes à época. Isso acarretou não só na expansão comercial, mas num processo civilizatório que impôs em grande parte do planeta o modo de vida europeu.

O mundo foi dividido entre as nações, que participaram ativamente do processo colonizador, facilitando a exploração dos recursos materiais e humanos. Os povos americanos, africanos, da Oceania e asiáticos, sendo considerados pelos colonizadores bárbaros e atrasados, passaram por um processo ‘civilizatório’ pelo qual lhes foi imposta uma nova cultura alienada da história, do conhecimento e dos valores típicos desses povos. Muitos desses povos foram ao longo dos 500 anos seguintes, expulsos de suas terras ancestrais ou dizimados, e submetidos a uma lógica dominante pela qual a terra, o território e a natureza passaram a ser percebidos enquanto mercadoria com valor de compra e venda. A evolução da colonização europeia nos diferentes continentes está disposta nos mapas a seguir.

A Figura 1 mostra o começo da expansão europeia menos de cem anos após a “descoberta” da América pelos Espanhóis. Milhares de etnias e povos viviam sem imaginar o tamanho do planeta com diferentes línguas, ritos e formas de se relacionarem entre si e em relação ao meio que os cercavam.

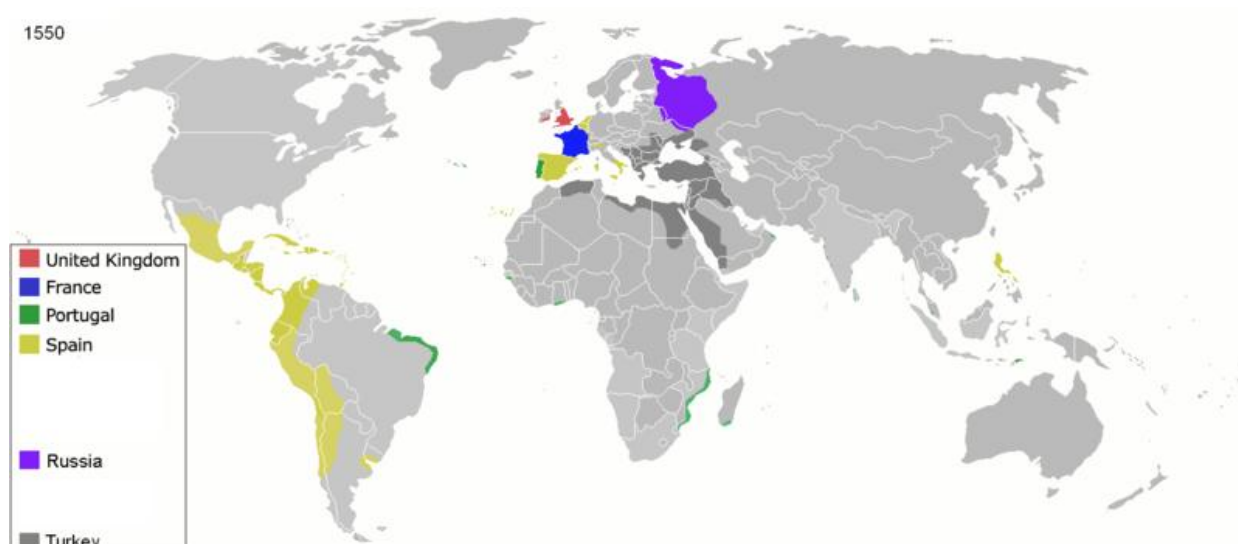


Figura 1: Mapa da Colonização europeia em 1550

Fonte: Nacu, 2009.

Em 1874, como demonstra a figura 2 grande parte da América Latina estava ocupada por portugueses e espanhóis. Em pouco mais de 200 anos, muitas etnias e civilizações como os Incas, Maias e Astecas já haviam sido dizimadas, escravizadas ou catequizadas pelos povos europeus.

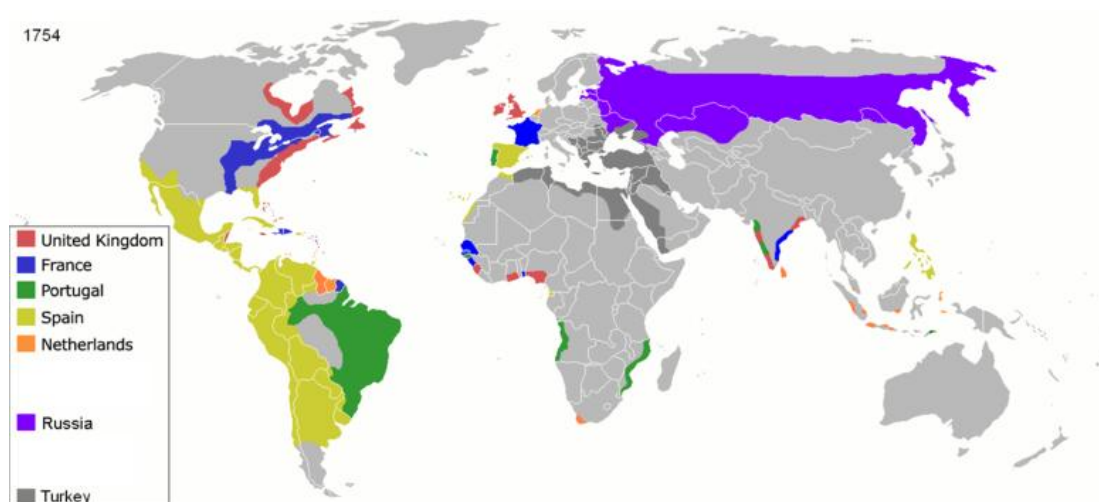


Figura 2: Mapa da Colonização europeia em 1754.

Fonte: (op cit., 2009).

Em 1898, como demonstra o mapa a seguir, quase todos os países da América Latina já haviam se tornado independentes com exceção da Guiana, Guiana Francesa e Suriname. A influência da cultura europeia e posteriormente norte americana estavam presente na construção da identidade dos novos países.

A cultura ocidental se destacava enquanto traços das culturas negras e indígenas como a religião foram alvos de enormes preconceitos.

A economia dos países da América Latina continuava concentrada na produção agrícola para exportação, o que garantia a dependência econômica em relação aos países da Europa.

Com a independência dos países do continente americano, os países europeus e os EUA buscaram expandir sua dominação para os países da África, Ásia e Oceania com objetivo de aumentar seu mercado consumidor, explorar os recursos naturais e possuir mão de obra barata.

Enquanto no colonialismo do século XVI e XVII os países europeus usavam a expansão do Cristianismo como justificativa para o domínio de outros povos, nessa nova fase chamada de neocolonialismo a justificativa era levar o progresso da ciência e da tecnologia para o mundo. A figura 3 demonstra a expansão do domínio da África, da Ásia e da Oceania exercido pelos países europeus.

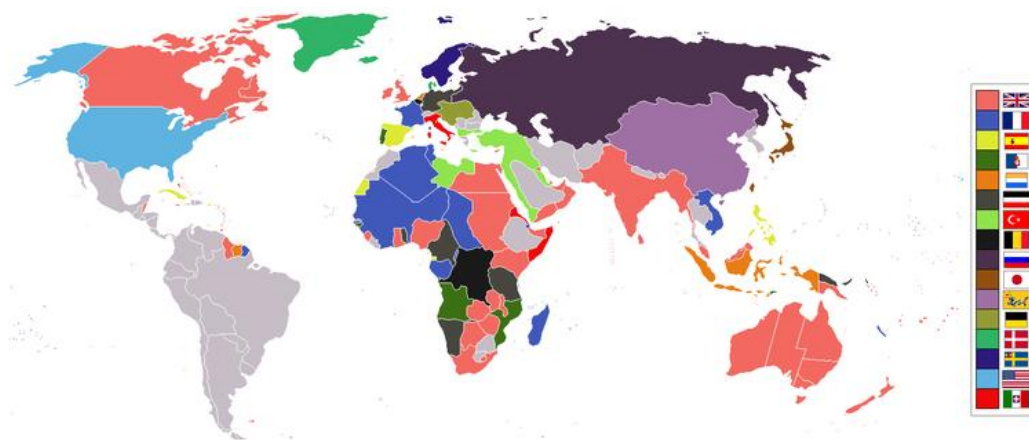


Figura 3: Mapa da Colonização europeia em 1898.
Fonte: (op cit., 2009).

Em 1974 como demonstra a figura 4, muitos países da África já haviam se tornado independentes, mas as marcas deixadas pela colonização, na cultura e organização política, geraram conflitos entre etnias resultando em guerras civis em diversos países em todo continente. Eles continuaram a sofrer influência dos países dominantes na língua e religião. Em sua maioria, tiveram sua economia arrasada e não conseguiram impedir a continuação da exploração de seus recursos sem receberem nenhum incentivo para se inserirem na economia mundial de

forma digna, possuindo os piores índices de desenvolvimento humano do planeta até os dias atuais.

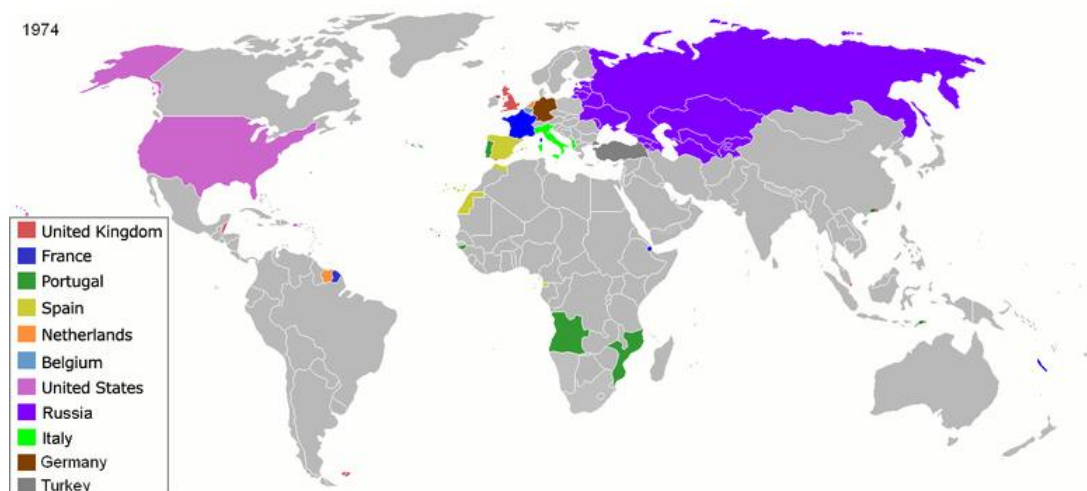


Figura 4: Mapa da Colonização europeia em 1974.
Fonte: (op cit, 2009).

Durante a colonização da América e no imperialismo na África e Ásia, a lógica mercantilista pela qual praticamente tudo tem valor de mercado, continuou sendo presente no discurso de desenvolvimento que impõe aos povos um modo de vida ‘ocidental’ e moderno, a ser alcançado por todas as nações através de novos regimes pós-coloniais na África e pós independência na América Latina (Escobar, 1995).

Quando o imperialismo entrou em crise, na Primeira Guerra Mundial e teve o seu declínio acelerado durante a Segunda Guerra, os Estados Unidos emergem como herdeiros do imperialismo da sociedade capitalista (Ianni, 1993) incentivando tanto subjetivamente, o estilo de vida baseado no consumo e no modo de vida americano, quanto objetivamente em combates diretos que ocorreram durante a Guerra Fria. Desde 1945 até 1989, o mundo viveu a polaridade entre dois blocos, entre o socialismo e o capitalismo representados pela União Soviética e Estados Unidos. O mundo ficou dividido em duas geopolíticas, porém a ideia de desenvolvimento baseada no avanço tecnológico era inerente a ambos os regimes. A influência americana nos países capitalistas foi difundida não só em guerras, mas também na música, no modo de se vestir, no cinema entre outras coisas, prevalecendo desde então como ideal a ser alcançado proclamando a homogeneização econômica e cultural buscando assentar-se em ideologias

mercantilistas dos patrimônios históricos, da imposição unilateral do discurso capitalista-moderno-ocidental, além da apropriação (predatória) dos recursos naturais, e da substituição dos valores e símbolos culturais de variadas populações tradicionais (Rua et al., 2009).

Com o fim da Guerra Fria e a crise do Bloco Soviético, consequentemente do socialismo, surgem novas articulações econômicas, políticas e culturais, desenvolvendo o perfil de uma sociedade global. Desde os anos 80, ocorreu uma mudança muito significativa na concepção do tempo-espaço proporcionada pelo desenvolvimento das telecomunicações e transportes. As novas tecnologias desenvolveram meios de transportes mais rápidos e acessíveis e a comunicação em tempo real, simbolizados pela internet, facilitaram o movimento de pessoas e informações, encurtando distâncias e proporcionando uma nova relação entre pessoas e de fluxos financeiros. Esse movimento de globalização, não proporcionou a difusão de valores sociais e culturais de forma igualitária, a desigualdade social cresce cada vez mais e as informações continuam sendo difundidas de forma desigual. Os atores mais poderosos donos de grandes empresas e representantes do governo continuam reservando para si os melhores pedaços do território (Santos, 2000) tanto nas grandes cidades, quanto no campo.

Dentro do contexto global é fundamental enfatizar a importância que espaço vivido dos lugares tem na construção das identidades, pois “cada lugar é objeto de uma ação local e global convivendo dialeticamente” (Santos, 1996). Os lugares sofrem influência dos valores globais principalmente difundidos pela cultura ocidental, mas interpretam da sua forma, promovendo uma leitura singular que muitas vezes é rica em símbolos locais. É a partir dessa relação dialética entre o local e o global que vemos surgir movimentos de resistência contemporâneos como afirma Rua (2009):

Decerto, os movimentos de chamada globalização, com a fusão de uma pretensa hegemonia sócio-cultural e econômica associados aos diferentes desenvolvimentos locais baseados em variadas formas de resistência, na maioria das vezes, de natureza identitária, acabam por se traduzir em uma variedade de conflitos políticos/sócioespaciais em que uma escala de igualização do espaço corresponde a uma permanente desigualização (Rua et al. 2009:2).

A igualização se dá a partir da imposição cultural dos moldes ocidental, moderno e capitalista, porém, grande parte da população mundial é precariamente incluída na sociedade sem ter acesso a novas condições que os tornam modernos . Assiste-se, com cada vez mais intensidade, a movimentos em que atores sociais até pouco contidos (ou reprimidos), buscam manifestar-se e chamar atenção para experiências particulares de construção de novas territorialidades (ou reafirmação das já existentes), que vivenciam (Rua et al. 2009:2).

As identidades singulares surgem com muita força, ao mesmo tempo em que existe um processo que globaliza a economia, há um “impulso planetário” que leva uma população, excluída ou não, a buscar demarcações cognitivas sem partilhar da mercantilização do mundo (Zaoual, 2003).

Esses movimentos possuem diversas experiências baseadas em resistência de caráter diversificado: culturais, econômicos, políticos, sociais e ambientais. Muitas vezes vários desses aspectos podem ser reunidos. O Movimento dos trabalhadores Sem Terra é um exemplo de caráter social, que busca a reforma agrária contestando a lógica territorial dominante, existem também alguns grupos de movimentos ecológicos que buscam uma lógica ambientalmente mais sustentável. Os movimentos indígenas são outro exemplo com reivindicações políticas, socioambientais, culturais e econômicas. Muitas vezes, esses movimentos funcionam em redes, buscando apoio de outros grupos como de intelectuais, da mídia, de movimentos estudantis ou de movimentos semelhantes como é o caso de diferentes etnias indígenas que se unem para fortalecer seus direitos e reivindicações.

Trata-se de um quadro complexo e que permeia todo o globo. Um exemplo local de um fenômeno global é dado pelo objeto de estudo dessa dissertação. Em 2008, um grupo Guarani M'byo que residia em uma aldeia no município de Parati, no estado do Rio de Janeiro mudou-se para praia de Camboinhas em Niterói, na região metropolitana do Rio. Essa área, além de não estar dentro de terras indígenas demarcadas pelo governo brasileiro, se localiza em uma região de forte especulação imobiliária ocupada, em sua maioria, por casas de classe média alta.

A partir dos estudos de movimentos de resistência a lógica territorial dominante, é importante reavaliar o modelo de desenvolvimento que vem sendo imposto em diferentes lugares do mundo. O estudo de caso apresenta um exemplo de um grupo que tendo uma lógica própria, construiu uma nova perspectiva de inserção no território, contribuindo para a discussão de uma lógica territorial mais justa.

1.1. Objetivo geral

Analisar a formação da aldeia Guarani M'byo fora de uma área demarcada e sua estratégia de resistência visto sob o ponto de vista de vários atores sociais e correlacioná-la com outros movimentos sociais de resistência.

1.1.1. Objetivos secundários:

- 1) Contextualizar alguns movimentos sociais de resistência que possuem semelhanças com o estudo de caso.
- 2) Entender o significado dos movimentos migratórios e o uso do território sob a ótica da cultura guarani.
- 3) Resgatar a história da área ocupada sob o olhar dos diferentes atores envolvidos na questão.

1.2. Procedimentos Metodológicos

A metodologia foi composta por levantamento bibliográfico, entrevistas e visitas ao local.

O método escolhido é o método de pesquisa qualitativo. Nas ciências sociais, a pesquisa qualitativa se ocupa em analisar o universo da produção humana, trabalhando com o seu espectro de “significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (Minayo, 2007). Este tipo de dado, por adentrar o

campo da interpretação humana acerca da sua própria realidade, dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos, demandando assim uma análise em profundidade das questões relevantes (op cit.,2004). O início do processo de pesquisa caracteriza-se pela construção do objeto à luz da literatura referente ao tema, em constante diálogo com os dados coletados em campo. Dentro das diversas categorias de pesquisa qualitativa, esta enquadra-se a um estudo de caso. A pesquisa pretendeu articular a relação entre a globalização e os movimentos de resistência. Dentro dessa relação dialética percebemos que a valorização um modelo de sociedade convive com o resgate de particularidades culturais proporcionando o surgimento de culturas híbridas que se articulam para fortalecer sua identidade.

A abordagem dialética se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as relações sociais que traduzem o mundo dos significados. A dialética busca encontrar na parte, a compreensão e a relação como todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos (Minayo,1994).

1.2.1. Entrevistas

A etapa de campo caracterizou-se por entrevistas com atores sociais representativos no conflito que envolve a presença da aldeia Guarani na praia de Camboinhas. As entrevistas foram gravadas. Foi priorizada a profundidade das entrevistas ao invés da quantidade já que o foco do estudo de caso se apresenta no conflito onde cada grupo social normalmente tem um representante que traduz seu discurso em relação ao conflito.

As entrevistas foram direcionadas aos diferentes agentes sociais envolvidos no conflito territorial, que ocorre atualmente na praia de Camboinhas. São eles: os moradores da região, o representante da associação de moradores, o atual secretário de urbanismo de Niterói, representantes da área de conflitos fundiário da FUNAI e o cacique da aldeia de Camboinhas.

O método qualitativo foi escolhido como o mais adequado para a realização das entrevistas. As entrevistas serão realizadas de maneira focalizada semi estruturadas (Gil, 1999, p.121). Os entrevistados poderão falar livremente sobre o assunto e caberá ao entrevistador direcionar sutilmente, fazendo poucas perguntas diretas, às pautas assinaladas. Esse tipo de entrevista foi escolhido por incentivar conversas mais elaboradas que muitas vezes revelam opiniões mais “sutis” que em uma entrevista mais objetiva isso não aconteceria. Triviños (2008, p.146) destaca que a forma semi estruturada ao mesmo tempo “em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias”. Dessa forma, delimita-se um caminho por onde seguir com a entrevista sem, contudo, engessá-la. Isto permite ao entrevistador inserir novas questões que achar pertinentes durante a entrevista em face às respostas do informante, enriquecendo a coleta de dados e a pesquisa em si.

As entrevistas foram realizadas com pautas diferentes para cada agente social, os agentes sociais foram escolhidos por serem grupos considerados importantes dentro do conflito atual. As pautas foram expostas a seguir:

Entrevistas com os moradores: A entrevistas com os moradores foram realizadas em lugares públicos frequentados por eles como a padaria da região, o salão e a academia de ginástica. Os locais públicos foram escolhidos, devido ao acesso mais fácil e ao menor constrangimento. Foi identificada uma abertura maior em entrevistas feitas em locais públicos.

O intuito dessas entrevistas foi evidenciar a opinião dos moradores em relação ao conflito e a contradição que pudesse haver nessas opiniões. Foram realizadas 100 entrevistas, considerando um representante de cada casa, em mil e quinhentas casas, o resultado teria uma margem de dez por cento de erro, porém o método qualitativo foi priorizado para a análise das entrevistas já que o conteúdo das conversas foi considerado mais importante que a quantidade, pois revelam valores implícitos que são fundamentais para a discussão do conflito.

As pautas que foram utilizadas nas entrevistas foram: A opinião do entrevistado sobre a aldeia indígena no local; se já teve algum contato com a tribo

ou com alguém da tribo, se gostaria de ter e qual seria a melhor ocupação para a área onde se localiza a tribo.

Entrevista com o cacique da aldeia e com alguns membros da tribo:

Dentro da aldeia existe uma hierarquia e o diálogo com outros grupos é viabilizado pelo Cacique, Devido a esse fato, as entrevistas foram realizadas com ele . As pautas escolhidas foram: a) tempo de construção da aldeia no local no local, b) motivação da migração deles, c) o porquê da escolha daquele local, d) qual a relação dos índios com os moradores, e) qual a relação deles com a terra escolhida, f) como eles se organizam social e economicamente e g) como é morar numa aldeia tão próxima da cidade.

Entrevista com o secretário de urbanismo de Niterói: A escolha da secretária de urbanismo se deu devido ao fato do planejamento da área ser de responsabilidade da secretaria de urbanismo (secretaria de meio ambiente está inserida na mesma). As pautas escolhidas foram: Como o Município se posiciona em relação a presença da aldeia Guarani em Camboinhas e qual seria o ideal de desenvolvimento para aquela área.

Entrevista com membro responsável pelas questões fundiárias da FUNAI: A pauta girou em torno do que legitima a presença da tribo Guarani no local e o que não legitima e qual a posição da FUNAI e como oficialmente está a questão fundiária dos Guaranis que ocupam aquela região.

A análise das entrevistas teve o intuito de entender a posição de cada grupo perante a presença indígena no local, e a opinião sobre a melhor forma de ocupação do mesmo.

1.3.1.3. Construção dos Conceitos e das Ideias

Diversos conceitos serão apresentados ao longo, mas consideram-se importante expor alguns deles para ficar mais clara a definição e o ponto de vista defendido na dissertação:

1.4.1. Território

Consideramos uma perspectiva integradora do conceito, que leva em consideração tanto os aspectos materiais quanto imateriais das relações de poder. A territorialização é vista tanto como domínio (político-econômico) quanto como apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos (Haesbaert,2004).

1.5.1.3.2. Desterritorialização e reterritorialização

Discutindo as múltiplas dimensões da desterritorialização, Haesbaert (2004) apresenta três formas de entender a desterritorialização sob uma perspectiva econômica: 1) como globalização, nas análises sobre o mercado mundial e os fluxos mais independentes do Estado Nação (visto como território); 2) como “deslocação”, em consequência do capitalismo de acumulação flexível e das transformações nas estruturas econômica e produtiva das empresas, e nas relações de trabalho; 3) vinculada ao setor financeiro, com a superação da distância a partir da tecnologia informacional.

Numa noção tradicional da Geografia Política, *Território* em está ligado ao Estado Nacional, e *Poder* ligado a Estado (op cit.,2004). São ambas visões muito restritas, tanto de território como de poder, e que trazem elementos confusos de referência a desterritorialização, como os cidadãos globais (sem pátria?) e movimentos étnicos-nacionalistas (alguns com reivindicações interessantes de refundação do Estado, numa concepção pluri-nacionalista, como no Equador, México e Bolívia por exemplo). A própria ideia de Imperialismo concebe um tipo de dominação mundial, um poder desterritorializado que atinge todos em todos os lugares. O desenvolvimento das tecnologias da informação (um dos principais responsáveis pela *novidade* de nosso tempo) também pode ser problematizado, pois, por um lado garante um maior controle dos corpos e mentes, e por outro, possibilita mais interatividade e a difusão de informações que podem servir como base para a emancipação, ou pelo menos fortalecer reivindicações, de grupos/classes sociais (Haesbaert,2004).

Numa perspectiva cultural, o termo desterritorialização já aparece em obras que distinguem comunidade e sociedade. Se na comunidade as relações eram mais orgânicas entre as pessoas, num mundo rural, a sociedade é um contrato intermediado pelo Estado (ou entre Estados), numa perspectiva de incessante novidade e com uma organização mecânica da vida urbana. A vida em sociedade seria então desterritorializante. O chamado *discurso pós-moderno* aprofunda esta ideia, ao conceber a desterritorialização como deslocamento de identidades, pessoas e significados, nesse mundo globalizado de intensa troca de informações e valores entre os mais distintos lugares (op cit.,2004.).

Dentro da perspectiva cultural, a desterritorialização é parte de um processo contemporâneo de construção-reconstrução de novas identidades, um hibridismo cultural ou uma multiculturalidade.

Haesbaert (2004) traz um debate que questiona a ideia de que mobilidade é sinônimo de desterritorialização, assim como de que a estabilidade, ou a pouca mobilidade, significa territorialização. A concepção de território-rede, por exemplo, traz a territorialização no movimento.

Segundo o autor, as interpretações de “aniquilação do espaço pelo tempo” (Marx), ou de “compressão tempo-espaço” (Harvey,2000) trazem uma concepção de território e des-territorialização desvinculada da dimensão temporal e histórica. Essa visão estática de espaço faz do discurso da desterritorialização o discurso da mobilidade (material e imaterial):

Tudo isso como se o território não incorporasse também a ideia de movimento, e como se hoje não pudéssemos encontrar a reterritorialização no interior da própria mobilidade (ou, nos termos de Deleuze e Guattari, na repetição do movimento). (Haesbaert, 2004:236)

Para o autor é fundamental distinguir entre a desterritorialização dos grupos dominantes e a desterritorialização das classes mais expropriadas:

Devemos optar, então, por utilizar o qualitativo “desterritorializado” muito mais para os migrantes de classes subalternas em relação de exclusão na ordem hegemônica capitalista, do que para as classes privilegiadas, onde desterritorialização muitas vezes confunde-se com mera mobilidade física. (Haesbaert,2004:251)

Assim como podemos entender a reterritorialização no movimento, de turistas e homens de negócio, podemos pensar em uma desterritorialização *in situ*, dos miseráveis e excluídos. O exemplo utilizado pelo autor foi dos negros africanos: uma primeira desterritorialização a partir de uma grande mobilidade espacial, e outra quando foram colocados em espaços que mais pareciam uma prisão (Haesbaert, 2004)

Considerando diferentes casos, desde o *gueto e Varsóvia* até os condomínios fechados (tipo *Barra da Tijuca*), o autor demonstra variadas conotações do processo de des-re-territorialização, chamando atenção para a identificação de quem territorializa e quem é territorializado. Se considerarmos que perder o controle do seu espaço ou de sua mobilidade é desterritorializar-se, atores que territorializam outros acabam por desterritorializa-los (op cit., 2004).

...territorializar-se pode ser tanto um processo de auto-fechamento (como nas chamadas *gated communities* americanas ou nos condomínios fechados brasileiros) quanto de isolamento que fazemos dos outros (como nas prisões, nos campos de concentração e, de alguma forma, nos guetos – que podem também ser, por outro lado, uma forma de auto-enclausuramento (Haesbaert, 2004:260).

O autor concebe a rede, não como sinônimo de desterritorialização, mas se confundindo com o território, um “território em movimento” ou “pelo movimento”, e reconhece a dominância das redes na globalização. Existiria uma diferença de natureza das redes atuais, em termos de articulação e tipos de redes. A compressão tempo-espaço permite uma comunicação instantânea globalizada e uma combinação mais complexa entre material e imaterial, configurando territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, que definem diferentes expressões, além de funções.

Talvez seja esta a grande novidade da nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir fronteiras, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade. (Haesbaert, 2004:279)

O autor, enfim, apresenta sua concepção através do que chama de “tipos ideais” da organização espaço-temporal: territórios-zona, territórios-rede e aglomerados de exclusão. O conceito de *aglomerados de exclusão* enfatiza a dimensão socioeconômica da exclusão, entendendo como propriedades básicas a instabilidade e/ou insegurança socioespacial, a fragilidade dos laços entre grupos

sociais e destes com seu espaço (em termos simbólicos e funcionais), e a mobilidade sem direção definida ou a imobilidade sem efetivo controle territorial. Para o autor, a exclusão social pode ser gerada tanto pela mobilidade extrema quanto pela quase completa imobilidade espacial.

Haesbaert propõe, sempre, uma visão híbrida (uma abordagem que considere as múltiplas dimensões de *território*): mesmo com o predomínio da dimensão mais abstrata (informacional) o tipo de controle espacial é intensivo, concentrado em áreas físicas restritas mas, graças a tecnologia, mais densas e estratégicas; o tipo de controle do território-zona dá espaço para o controle das redes, ou dos territórios-rede, através do controle de linhas e pontos. Um controle mais difícil e complexo, até ela imensa carga de imaterialidade do espaço.

Ao contrário de uma simples desterritorialização, perda de território/espaço, o que o autor identifica como uma particularidade de nosso tempo é a possibilidade experimentar diversos esquemas territoriais, uma multiterritorialidade. A des-territorialização só existe dentro de um processo no qual é sucedida por uma re-territorialização.

1.5.1.1.3.3. Sustentabilidade

Resgatamos o conceito de sustentabilidade buscando nos basear em autores que criticam a forma como o termo vem sendo utilizado pelo senso comum, principalmente no que diz respeito à organização social injusta que reflete em uma organização territorial injusta, como a busca pela conservação ambiental esteve presente no discurso de diversos atores envolvidos no conflito, torna-se pertinente abordar qual o tipo de sustentabilidade que a pesquisa defende.

O termo sustentabilidade carrega uma indeterminação que Moreira (2004) chama de nebulosa ambiental. A ideia de sustentabilidade apresentada pela maioria das correntes ambientalistas não rompem com as contradições do capitalismo. Um exemplo disso é o fato do mercado carregar assimetria na distribuição dos valores de troca, muitos deles oriundos da natureza. Segundo Jamenson apud Moreira (2004), o direito do domínio do território caracteriza o

domínio da posse, associando-a a uma violência societária. Segundo o autor a violência está explícita na propriedade de terra.

(...) para apropriar-se da paisagem e aplainá-la, reorganizando-a numa rede de parcelas idênticas, expondo-a a dinâmica de um mercado que agora organiza o espaço em termos de um valor idêntico. O desenvolvimento do capitalismo, então, distribuiu esse valor de forma muito irregular, até que, a longo prazo, em seu momento pós moderno, a pura especulação (..), a liberação da forma de valor de qualquer de seus conteúdos concretos e terrenos, reina agora suprema e devasta cidades e campos que criou no processo de seu próprio desenvolvimento. Mas todas essas formas posteriores de violência abstrata e homogeneidade derivam da parcialização inicial, que traduz para o próprio espaço a forma dinheiro e a lógica da produção de mercadorias. (JAMENSON, 1997 apud MOREIRA 2004:8).

Isso é vivenciado por todas as populações tradicionais¹ que são obrigadas a sair de sua terra, que foi ocupada ao longo de muitas gerações pelos seus ancestrais, submetidas a uma lógica que percebe a terra como uma mercadoria e que, na maioria das vezes, não condiz com seus valores originais tornando essas populações excluídas e sem possibilidade de manter-se culturalmente.

As construídas, produzem identidades hegemônicas e subalternas, reproduzindo ou reconstruindo identidades sociais herdadas. Movimentos de resistência são movimentos que fogem a lógica hegemônica como: associações indígenas, ecológicas e artísticas. Assim como artesãos, agricultores orgânicos e agroflorestais são movimentos de resistência a lógica hegemônica (MOREIRA, 2004: 29).

A hegemonia da lógica do Estado Territorial Nacional é imposta, tornando excluídas as outras territorialidades. Todos são submetidos ao sistema criado pelos europeus como se eles tivessem encontrado a chave da essência humana, levando a um absurdo desperdício de experiências da humanidade. Desrespeitando as diferentes temporalidades e territorialidades reduzindo a natureza a uma função mercantil (Gonçalves, 2008).

O valor da natureza depende de percepções culturais e interesses sociais que acontecem fora do mercado (Leff, 2001). A resistência a essa lógica que torna o conceito hegemônico de desenvolvimento insustentável, parte da resistência do lugar (Guimarães, 1997). Mostrando que essa lógica de organização social não é capaz de gerar um desenvolvimento sustentável, pois para isso é preciso reverter

¹ Populações tradicionais são definidas por DIEGUES (1996) como pequenos produtores que se constituíram no período colonial, freqüentemente nos interstícios da monocultura e dos ciclos econômicos. Outro aspecto específico dessas comunidades é a utilização de tecnologias de baixo impacto, como o extrativismo, a pesca e a lavoura de pequena escala, o que possibilita a inclusão de populações indígenas presentes e passadas nesta categoria (OLIVEIRA, 2008).

toda a nossa lógica societária. A premissa de manter o usufruto para as gerações futura é um padrão injusto, pois o padrão vivido no presente é socialmente, ambientalmente e culturalmente desigual, portanto insustentável. O termo sustentabilidade deve vislumbrar vários tipos de sustentabilidades. Entre elas Sustentabilidade ambiental, econômica, política, demográfica e institucional.

Tanto Leff (2001) quanto Guimarães (1997) afirmam que a resistência a lógica hegemônica parte dos lugares. Segundo Leff:

... estabilidade e produtividade dos diferentes ecossistemas e nos estilos étnicos das diferentes culturas que os habitam. A articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais determina as formas de apropriação da natureza e gera uma produtividade ecotecnológica sustentável (Leff, 2007, p. 5).

Nesse contexto atual, onde a discussão sobre sustentabilidade não pode mais ser ignorada, o conflito nos traz fatores que certamente precisam ser analisados e servem como elementos fundamentais na ocupação territorial e na formulação de planejamentos mais democráticos e menos agressivos para sociedade.

Segundo Oth (1997) apud Rua (2007) as bases da reconversão desse ‘desenvolvimento’ em escala local seriam: solidariedade, criatividade, atração local e identidade. O autor nos lembra, que no local não podemos resolver tudo e é fundamental entender os processos em sua totalidade. Ele usa os termos transescalar e multiescalar para afirmar que a necessidade de analisar um evento considerando as diferentes escalas de uma realidade. Para recuperar a complexidade da vida nas ciências, existe a necessidade de contextualizar e globalizar. Contextualizar é compreender o sujeito no seu território e globalizar é situá-lo no mundo, no cenário que o envolve (Morin, 1999).

Para que o desenvolvimento seja realmente sustentável, novas representações de desenvolvimento precisam ser criadas, e o próprio processo de desenvolvimento reinventado (Harvey, 2000) a partir de uma lógica social mais justa, onde as diferentes culturas sejam respeitadas.

Achamos pertinente levantar a discussão sobre sustentabilidade para enfatizar a importância dos movimentos de resistência no questionamento da lógica territorial e social excludente que vem sendo imposta ao longo da história do Brasil.